

EDUCAÇÃO

V.10 • N.3 • Publicação Contínua - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v10n3p93-105



## PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE 2007 A 2017

HEALTH SCHOOL PROGRAM: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS FROM 2007 TO 2017

PROGRAMA SALUD EN LA ESCUELA: UNA ANÁLISIS BIBLIOMÉTRICO DE 2007 A 2017

Cícera Áurea Fontes Vilela<sup>1</sup>  
Marianne Louise Marinho Mendes<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a produção científica em relação ao Programa Saúde na Escola (PSE) no período de 2007 a 2017, por meio de uma análise bibliométrica, nas bases de dados do portal Periódicos Capes/MEC, *Scielo*, e *Google Acadêmico* no período de junho a agosto de 2017. Foram relacionados 12 artigos, em que mencionasse o termo PSE no título, onde se observou a pouca publicação de artigos nessa temática. O número de autores por artigo variou de um a seis autores. Essas publicações variaram de 1 (um) a 2 (dois) artigos por ano. Os artigos foram publicados em periódicos da área de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências sociais e na área da Educação. Em relação à técnica de coleta de dados foram predominantes as análises documentais e de entrevistas. Esses estudos foram realizados com documentos oficiais e na comunidade escolar, com profissionais de saúde e educação. Referem-se às diversas temáticas sobre o PSE, porém, observou-se o destaque dado à intersectorialidade nos estudos realizados, acreditamos que devido ao programa ter sido criado nessa perspectiva, da articulação entre os setores saúde e educação. Embora ainda seja um ponto bastante fragilizado, quanto ao entendimento do significado de intersectorialidade, que vai além de uma parceria, é esse conceito fundamental para atingir o objetivo principal, que é o cuidado integral ao educando. Diante do panorama encontrado no país sobre o tema, percebemos a necessidade de pesquisar mais sobre o programa.

## PALAVRA-CHAVE

Programa saúde na Escola, educação, saúde, intersectorialidade.

## ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the scientific production in relation to the Health in the School Program (PSE) from 2007 to 2017, through a bibliometric analysis, in the databases of the Capes / MEC Periódicos portal, Scielo, and Google Scholar in the period from June to August 2017. There were 12 articles, mentioning the term PSE in the title, it was observed that there are few articles on this subject. The number of authors per article ranged from one to six authors. These publications ranged from 1 to 2 articles a year. The articles were published in the Health Sciences, Biological Sciences, Social Sciences and Educational Sciences journals. The articles were published in public health institutions in the Southeast, Northeast, North and South regions. In relation to the technique of data collection were predominant, documentary analysis, and interviews. As a database were analyzed official documents and in the school community, with health and education professionals. The articles referred to several themes on PSE, but the emphasis was placed on the intersectoriality in the studies that reached the conclusion phase, we believe that because the program was created in this perspective, the articulation between the health and education sectors. Although it is still a weak point in understanding the meaning of intersectoriality, it goes beyond a partnership, being fundamental to achieve the main objective, which is the integral care of the student. Given the panorama found in the country on the subject, we realized the need to research more about the program, a space very conducive to a variety of studies.

## KEYWORDS

Health program in school, education, health, intersectoriality.

## RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo analizar la producción científica en relación al Programa Salud en la Escuela (PSE) en el período de 2007 a 2017, por medio de un análisis bibliométrica, en las bases de datos del portal Periódicos Capes / MEC, Scielo, y Google Académico en el periodo de junio a agosto de 2017. Fueron relacionados 12 artículos, en que mencionara el término PSE en el título, donde se observó, la poca publicación de artículos en esa temática. El número de autores por artículo varió de uno a seis autores. Estas publicaciones variaron de 1 a 2 artículos por año. Las mismas han sido encontradas en instituciones de enseñanza pública de las regiones: Sureste, En el Nordeste, Norte y Sur. Los artículos han sido publicados en periódicos del área de Ciencias de la Salud, Ciencias Biológicas, Ciencias sociales y en el área de la Educación. En relación a la técnica de recolección de los datos han sido predominantes, el análisis documental, y la de entrevistas. Estos estudios se han

realizados con documentos oficiales y en la comunidad escolar, con profesionales de salud y educación. Los artículos se referían a diversas temáticas sobre PSE, pero se observó el destaque dado a la intersectorialidad en los estudios realizados, creemos que debido al programa haber sido creado en esa perspectiva, de la articulación entre los sectores salud y educación. Aunque todavía es un punto bastante fragilizado en cuanto al entendimiento del significado de intersectorialidad, que se va más allá de una asociación, siendo fundamental para alcanzar el objetivo principal, que es el cuidado integral al educando. Ante el panorama encontrado en el país sobre el tema, percibimos la necesidad de investigar más sobre el programa, un terreno muy fértil para una variedad de los estudios.

## PALABRAS CLAVE

Programa salud en la escuela, educación, salud, intersectorialidad.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, quando se fala em saúde escolar, remete-se à Promoção da Saúde, sendo essa a ser desenvolvida com os escolares, para promover a manutenção da saúde, mediante ações que incentivem a hábitos de vida saudáveis.

Segundo a Carta de Ottawa de 1986, resultado da primeira conferência internacional sobre promoção à saúde, a política de promoção da saúde requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde. Ou seja, traduz a ampliação do conceito de saúde, que não é apenas ausência de doença, vai muito além, traz outros fatores que contribuem para a manutenção da saúde.

O espaço escolar é um ambiente favorável para a Promoção à Saúde, pois é *locus* de intensas relações sociais de convivência diária, entre os discentes, professores e funcionários. É também um espaço privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, para a construção de valores, crenças e conceitos (BRASIL, 2009).

Muitas foram as iniciativas e abordagens que pretendiam focalizar o espaço escolar e, em especial, os estudantes, a partir e/ou dentro de uma perspectiva sanitária. Em sua maioria, tais experiências tiveram como centro a transmissão de cuidados de higiene e primeiros socorros, bem como a garantia de assistência médica e/ou odontológica. Noutra frente, a abordagem dos estudantes era realizada sob o marco de uma psicologia “medicalizada”, a qual deveria solucionar os “desvios” e/ou “déficits” ligados ao comportamento/disciplina e/ou a capacidade de aprender e/ou atentar, até evoluir para uma visão mais ampliada de saúde, na tentativa de fugir desse modelo biologicista, que direcionava as ações de saúde e, desse modo, partir para valorização da autonomia do sujeito para o cuidado com sua própria saúde (BRASIL, 2009).

Numa perspectiva intersectorial, surge o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído por Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, resultante do trabalho integrado entre o Ministério da

Saúde e o Ministério da Educação, onde Educação e Saúde se unem para atingir um objetivo comum, que é construir uma comunidade escolar mais saudável, para agir em defesa da vida (BRASIL, 2007).

A intersetorialidade pode ser compreendida como a articulação entre diferentes setores e atores, compartilhamento de poderes e de saberes com o objetivo de atuar de forma integrada sobre problemas e demandas em busca de melhoria na qualidade de vida; na Promoção da Saúde é utilizada como estratégia de ação que incide sobre seus determinantes sociais. A parceria entre os setores Saúde e Educação, especialmente no que diz respeito à implementação de programas de assistência à saúde do escolar, pode ser percebida por meio do PSE, que coaduna os objetivos das diferentes áreas para um em comum (SOUSA *et al.*, 2017).

Na saúde brasileira temos uma rede de apoio à Promoção à Saúde, como a exemplo a Estratégia de Saúde da Família (ESF), composta por profissionais como: médico, enfermeiro, agente comunitário de saúde, técnico em enfermagem; e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), composta por profissionais diversos, a depender da gestão, no caso da cidade de Petrolina (PE) é composta por farmacêutico, psicólogo, nutricionista e fisioterapeuta, que atendem aos indivíduos e seus familiares em qualquer fase da vida, no território de sua abrangência. Dessa forma são também responsáveis por desenvolver estratégias para manutenção da saúde na comunidade escolar de sua área descrita, no caso do PSE, com ações específicas estabelecidas pelo programa.

Nesse entendimento, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica em relação ao PSE, no período de 2007 a 2017.

## 2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo fez-se uso do método de estudo bibliométrico, além de ser caracterizado por uma metodologia descritiva, quantitativa, bibliográfica e documental.

Para Santos (2015 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2013) o uso da pesquisa bibliométrica é um recurso precioso para transmissão da produção científica e a sua finalidade é alcançada mediante a aplicação de uma técnica capaz de medir a influência dos pesquisadores ou periódicos, permitindo traçar o perfil e suas tendências, além de evidenciar áreas temáticas, servindo também de base para construção de novos estudos.

Segundo Santos (2015 *apud* THANUSKODI, 2011), as técnicas bibliométricas são usadas para estudar detalhadamente as características bibliográficas dos artigos, das análises das citações, revelando informações das produções científicas realizadas até o momento e agregando conhecimento para novas publicações. Utilizou-se para a base de dados bibliográficos o portal de Periódicos Capes/MEC, as bases de dados *Scielo*, e *Google* acadêmico no período de junho a agosto de 2017.

Os artigos escolhidos foram publicados, envolvendo a temática estudada “Programa Saúde na Escola”. Foram excluídos da seleção: teses, monografias, editoriais, documentos de projetos, trabalhos de congressos e conferências, artigos publicados em língua estrangeira e artigos duplicados. Além disso, artigos que não estavam dentro do período estabelecido pelo estudo também foram excluídos. Essas exclusões foram feitas como critérios referente a busca do tema em questão.

Os artigos encontrados foram obtidos pelo termo controlado junto ao DeCS – Descritores em Ciências da Saúde. Foi utilizado como descritor o termo, por meio da seguinte palavra-chave: saúde escolar; a escolha dessa palavra deu-se pelo fato de ela atender a temática referente ao Programa Saúde na Escola, haja vista que ainda não existe este descritor específico. Colocando o filtro de artigo em português foram encontrados 1.811 artigos, e 1.429 artigos revisados por pares. Foram lidos os títulos e os resumos para realização da seleção, logo após ter sido feita uma seleção final apenas dos artigos que mencionassem no título o nome do Programa Saúde na Escola, daí apenas 12 tinham o critério.

Ao final, 12 artigos foram incluídos no estudo, sistematizados segundo: ano de publicação, número de autores, periódicos, público alvo, local das pesquisas, objetivo, tipo de abordagem e técnica de coleta de dados.

### 3 RESULTADOS

Foram relacionados 12 artigos, em que estivesse mencionado o termo PSE no título, como já dito anteriormente; observou-se a pouca publicação de artigos nessa temática. O número de autores por artigo variou de 1 a 6 autores. Essas publicações variaram de 1 a 2 artigos por ano, as quais foram encontradas em instituições de ensino público do país. Os artigos foram publicados em periódicos da área de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências sociais e na área da Educação. Em relação à técnica de coleta de dados foram predominantes, a análise documental e a de entrevistas. Esses estudos foram realizados com documentos oficiais e na comunidade escolar, com profissionais de saúde e educação.

Os artigos se referiam às diversas temáticas sobre PSE, sendo predominante a discussão sobre a promoção à saúde e a intersetorialidade. Conforme apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1** – Artigos analisados e categorizados conforme ano de publicação, periódicos, público-alvo, local do estudo e objetivos.

ARTIGO	ANO	Nº DE AUTORES	PERIÓDICO	PÚBLICO-ALVO/LOCAL DO ESTUDO	OBJETIVO
1	2016	6	Revista da Universidade Vale do Rio Verde	Alunos das escolas de abrangência da Estratégia Saúde da Família (ESF) Vila Anália, Montes Claros, MG.	Relatar a integração do PSE por meio de ações de promoção e prevenção durante o estágio curricular de enfermagem.
2	2013	3	Revista Científica do ITPAC	30 educadores: professores, coordenadores e orientadores, Escola Municipal Gilberto Rezende Rocha Filho, Gurupi-TO	Mostrar a importância do Enfermeiro junto ao PSE nas ações de Educação em Saúde em uma escola municipal de Gurupi – TO.

ARTIGO	ANO	Nº DE AUTORES	PERIÓDICO	PÚBLICO-ALVO/LOCAL DO ESTUDO	OBJETIVO
3	2017	3	Ciência & Saúde Coletiva	23 sujeitos, sendo cinco gestores das duas secretarias e 18 trabalhadores das unidades escolares e das unidades de saúde.	Avaliar os processos político-gerenciais e as práticas vinculadas ao PSE.
4	2016	4	Revista Brasileira de Educação Médica	Profissionais da saúde e da educação nas 20 primeiras escolas que aderiram ao PSE desde seu lançamento em Olinda-PE.	Conhecer e analisar o processo da intersectorialidade no PSE em Olinda, PE.
5	2011	1	Revista Sitientibus	Análise documental por meio da leitura de documentos oficiais.	Problematizar as ações promovidas pelo governo brasileiro no que tange às políticas públicas educacionais.
6	2011	2	Revista Ciência em Tela	56 profissionais assim representados: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais, agentes comunitários de saúde; professores, e funcionários de serviços de apoio das escolas.	Verificar conhecimentos prévios dos profissionais do PSE em relação ao tema, avaliar a compatibilidade destes com as demandas de orientações sobre cuidados posturais.
7	2015	4	Revista Psicologia: Ciência e Profissão	10 (dez) profissionais que atuam como articuladores do PSE, sendo cinco vinculados à Educação e os demais à Saúde.	Identificar as significações que os profissionais que atuam como articuladores no PSE têm acerca das dificuldades de aprendizagens geradoras do fracasso escolar.

ARTIGO	ANO	Nº DE AUTORES	PERIÓDICO	PÚBLICO-ALVO/LOCAL DO ESTUDO	OBJETIVO
8	2017	5	Revista Saúde Debate	Sete gestores do programa (médico, enfermeiro, fonoaudiólogo, dentista, psicólogo e pedagogo), no município do Rio de Janeiro (RJ).	Construir e validar o modelo lógico do PSE.
9	2012	4	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Paraná.	Analisar os diplomas Normativos emitidos sobre o PSE a fim de observar a contribuição e a participação dos setores Saúde e Educação na construção e implementação do Programa.
10	2012	4	Revista Brasileira de Enfermagem	100 adolescentes que integram o Programa Mais Educação, tendo sido 50 os participantes diretos das atividades.	Relatar a experiência da implantação do PSE por uma equipe da ESF em uma escola estadual de Fortaleza.
11	2014	5	Revista Brasileira de Educação	10 gestores no âmbito municipal/estadual/Distrito Federal do PSE em municípios brasileiros.	Analisar a percepção de gestores locais sobre a intersectorialidade na condução do programa em municípios selecionados.
12	2015	3	Revista Textos & Contextos/ Serviço Social	Paraíba.	Identificar as inconsistências do PSE a partir da sua concepção de promoção à saúde.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Após leitura e análise de cada artigo sobre o PSE, foram destacadas as considerações mais pertinentes e questões centrais de cada artigo selecionado, seguem algumas considerações dos autores.

Para Rocha e colaboradores (2015), o desenvolver dessas ações possibilitou um maior conhecimento sobre a atuação da enfermagem no PSE, promovendo uma visão ampla do conceito de saúde diante da interação na realidade da comunidade escolar. Os autores destacam o papel do enfermeiro nas atividades de educação em saúde nas escolas, exercendo o papel de mediador do processo.

Costa e outros autores (2013) identificaram o nível de conhecimento dos educadores sobre o conceito de saúde e educação e sua prática em âmbito escolar, destacam também nos educadores a falta da prática de educação em saúde na escola, por não se sentirem seguros, eles relataram que não são capacitados para isso, e sentem falta de um profissional de enfermagem para realizar tais atividades de promoção à saúde e prevenção de doenças.

Já para Sousa e colaboradores (2017) os achados do seu estudo permitiram refletir que apesar de o PSE inovar na proposta da intersectorialidade, as ações desenvolvidas encontram-se ainda fortemente atribuídas apenas ao setor saúde. A participação do setor educação é tida como periférica. O que certamente restringe a potencialidade do programa, em especial, no que se refere à perspectiva da promoção da saúde e do desenvolvimento da cidadania entre os escolares.

Farias e outros autores (2016) revela em sua pesquisa que o maior dilema é operar uma política necessariamente intersectorial, explicitada num ambiente com atores que possuem agendas setoriais previamente montadas e sem espaço suficiente para a correta execução da política. Destaca, também, que há uma tentativa de consolidação de práticas intersectoriais, que, na maioria das vezes, são substituídas por ações pontuais, de forma isolada, as quais não têm a devida continuidade.

Castro (2011) teve como objetivo problematizar as ações promovidas pelo governo brasileiro no que tange às políticas públicas educacionais. Ela fez uma análise crítica sobre as lacunas visualizadas, dentre as quais destacou a ausência da anemia falciforme na relação das doenças crônicas apresentadas no programa. Sugere modificação no documento do PSE no sentido de deixar explícita a anemia falciforme como doença crônica que traz vulnerabilidade ao processo de escolarização, podendo comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

Vieira e Vieira (2011) realizaram uma pesquisa do tipo descritivo-quantitativa, verificaram conhecimentos prévios dos profissionais do PSE de Volta Redonda/RJ em relação às orientações posturais preventivas no âmbito escolar. Apresentaram-se aos sujeitos, fotos de crianças durante o uso de posturas comuns ao ambiente escolar. Os achados desta pesquisa demonstram que os profissionais do PSE detêm alguns conhecimentos básicos da área de saúde postural, porém, necessitam ser aprimorados para alcançar o objetivo de promover programas de Educação em Saúde voltados para este tema de grande relevância.

Cord e colaboradores (2015), no seu estudo, identificaram as significações que os profissionais que atuam no PSE têm acerca das dificuldades de aprendizagem geradoras do fracasso escolar. Evidenciaram que há uma compreensão do PSE como um programa que pode contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem por meio do diagnóstico e medicalização, evidenciando uma compreensão reducionista do processo.

Fontenele e outros autores (2017), desenvolveu um estudo avaliativo, de abordagem qualitativa, que objetivou construir e validar o modelo lógico do PSE. Os resultados permitiram delinear o modelo lógico do programa e favorecer um diálogo, junto aos gestores, sobre os efeitos e as influências operacionais deste modelo. Traz também uma avaliação sobre os ganhos, avanços e dificuldades, nesses 10 anos de PSE; entre as dificuldades destaca a questão da intersetorialidade, um desafio a ser vencido, como fortalecimento das relações dos profissionais de saúde e educação para o cuidado integral da saúde dos escolares.

Ferreira e colaboradores (2012) analisaram os diplomas normativos emitidos sobre o PSE, a fim de observar a contribuição e a participação dos setores, Saúde e Educação, na construção e implementação do programa, que é fundamentado na intersetorialidade. O estudo revelou, também, que a participação dos setores saúde e educação, diferentemente do que se pensava, não é equânime, percebeu-se o protagonismo do setor saúde, pelo fato também do pessoal da educação não se sentir capacitado para contribuir junto ao pessoal da saúde na realização das ações.

Santiago e outros autores (2012) os autores relataram no seu estudo sobre a implantação do PSE numa escola pública de Fortaleza/CE, por uma equipe de saúde da família, a implantação permitiu aos profissionais de saúde a percepção do seu papel social de educador e possibilitou aos adolescentes maior contato com a equipe da ESF. Foram realizadas atividades que incluíram seminário de implantação do PSE com os docentes e integrantes da ESF, oficinas com os estudantes, avaliação clínica e odontológica dos adolescentes e entrega de Cadernetas de Saúde do Adolescente.

Os estudos de Ferreira e colaboradores (2014), tiveram por objetivo analisar a percepção de gestores locais de saúde e educação sobre a intersetorialidade na condução do referido programa em municípios selecionados. Para os autores, a sustentabilidade do PSE vai para além de um programa de governo em uma política de Estado, implica a superação do modelo biomédico de atenção aos estudantes para uma proposta promotora de saúde, com a participação efetiva dos gestores, profissionais das ESF e da escola, e comunidade escolar, no enfrentamento de suas necessidades específicas.

Para Cavalcanti e outros autores (2015) o estudo feito foi realizado com o objetivo de identificar as inconsistências do PSE a partir da sua concepção de promoção à saúde, tendo como contraponto o entendimento da Organização Mundial da Saúde sobre a temática. Como resultado obteve-se que: não foi possível identificar concretamente que a promoção da saúde seja adotada como centro nuclear do Programa, assim como em outros artigos também foi evidenciado um modelo biologicista, biomédico, na realização das ações na escola.

## 4 DISCUSSÃO

Em relação ao que foi tratado mais frequentemente pelos autores nesses artigos explorados, podemos citar a promoção à saúde e a intersetorialidade, esta última que se destacou por ter sido discutida de forma incisiva, trazendo também como um ponto de fragilidade no programa.

A promoção à saúde é outro ponto bem discutido nos artigos encontrados sobre o PSE, principalmente na realização das ações com os escolares, por meio de educativas sobre diversos temas

como saúde bucal, cuidado postural, palestras sobre dengue, alimentação saudável, educação sexual, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, hábitos de vida saudáveis, dentre outros que estão em consonância com o que é preconizado pelo Ministério da Saúde.

O impacto no cotidiano da vida dos alunos com a participação do PSE engloba a mudança de hábitos e/ou comportamentos e a socialização dos conhecimentos. É importante que este impacto positivo seja em todas as escolas em que o PSE está inserido.

Outro ponto de discussão que merece destaque é a questão do programa ser abordado pelos profissionais por meio do modelo biomédico, biologicista, mediante viés da medicalização, isso se deve ao fato da predominância do setor saúde nas ações do PSE, sendo responsável pela maior parte das diretrizes e portarias do programa, assim como preside a comissão intersetorial; talvez, pelo fato de não ser equânime a atuação dos setores de saúde e educação, fiquem evidentes, fortemente, essas características. Destaca o desafio de transcender essa perspectiva da medicalização, é necessário que os profissionais da saúde e da educação passem a ter uma compreensão mais ampla que vá muito além da medicalização, que é colocado pelos autores como retrocesso.

Quando se fala em intersectorialidade, não apenas no papel da escola como receptora das ações, não se resume a ceder o espaço, nem somente disponibilizar materiais e equipamentos, mas de acolher, promover, participar do planejamento e execução das atividades do programa, como evidenciado em alguns artigos, que o programa é assumido pelo pessoal da saúde. Evidencia-se a necessidade da corresponsabilidade de compartilhar ações, discutir, planejar, avaliar o programa em conjunto. Desta forma, para que as ações sejam eficazes é necessário que todos os atores envolvidos, profissionais da saúde, professores e alunos, conheçam o programa, e que haja um diálogo constante entre a ESF e a escola.

Além dos profissionais da ESF, citados como participantes do processo, os profissionais que compõem o NASF, farmacêutico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, também apoiam e contribuem com o programa.

E, dentre os profissionais da saúde que atuam no PSE, em dois artigos foi citado o enfermeiro com o papel de mediador do processo, do planejamento e execução das ações nas escolas o grande responsável pela realização das atividades. Na equipe de saúde, a figura do enfermeiro é apontada como a principal sobrecarregada. O enfermeiro assume diversas funções administrativas e assistenciais na rotina de trabalho. Assim, há a necessidade de uma gestão de processos compartilhada entre toda a equipe.

Para que haja efetividade nessa prática integrada são imprescindíveis conhecimento e capacitação sobre o PSE, a fim de preparar e propiciar mais desempenho e envolvimento dos profissionais da saúde e da educação.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo resultou numa análise bibliométrica sobre o quanto e sobre o que se está produzindo em relação ao PSE, no país. Na busca realizada evidenciou-se o quão pouco ainda tem de pesquisas, sobre a temática proposta, mesmo o programa estando completando 10 anos, em 2017.

Observou-se o destaque dado à intersectorialidade nos estudos realizados, acreditamos que devido ao programa ter sido criado nessa perspectiva, da articulação entre os setores saúde e educação. Embora ainda seja um ponto bastante fragilizado, faz-se necessário a soma de todos os profissionais de ambos os setores para que fortaleça esta parceria, de modo a possibilitar a ampliação da cobertura e das ações de saúde nas escolas e atinja o objetivo principal, que é o cuidado integral ao educando.

Diante do panorama encontrado no país sobre o tema, percebemos a necessidade de mais pesquisas voltadas para a prática do PSE, visto se tratar de um programa de governo que busca atender as demandas de saúde dos alunos, e por ainda se apresentar tão fragilizado em sua atuação no dia a dia escolar, bem como pontuar quais as maiores dificuldades para a sua implementação de forma eficaz, visando, desse modo, uma melhor qualidade de saúde e educação para sua clientela.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 2007.

BRASIL. Saúde na Escola. **Cadernos de Atenção Básica**. Brasília-DF, 2009.

CAVALCANTI, P. B. *et al.* Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 387-402, ago./dez. 2015.

CASTRO, A. S. A. Análise do Programa Saúde na Escola (PSE) como política pública educacional no âmbito intersectorial: focalizando a anemia falciforme. **Rev. Sitientibus**, série ciências biológicas, Feira de Santana, n. 44, p. 99-111, jan./jun. 2011.

CORD, D. *et al.* As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) Acerca das Dificuldades de Aprendizagem: Patologização e Medicalização do Fracasso Escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 1, p. 40-53, 2015.

COSTA, G. M.; FIGUEREDO, R. G.; RIBEIRO, M. S. A importância do enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma Escola Municipal de Gurupi – TO. **Rev. Científica do ITPAC**, Araguaína, v. 6, n. 2, p. 6, abr. 2013

FARIAS, I. C. V. *et al.* Análise da Intersectorialidade no Programa Saúde na Escola. **Rev. Bras. Educ Méd.**, v. 40, n. 2, p. 261-267, 2016.

FERREIRA, I. R. C. *et al.* Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. **Ciências saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17 n. 12, dez. 2012.

FERREIRA, I. R. C *et al.* Percepções de gestores locais sobre a intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Rev. Bras. Educ.**, v. 19, n. 56, jan.-mar. 2014.

FONTENELE, R. M. *et al.* Construção e validação participativa do modelo lógico do Programa Saúde na Escola. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. Especial, p. 167-179, mar. 2017.

ROCHA, E. J. F. *et al.* Integração do programa saúde na escola por meio de ações de promoção e prevenção durante o estágio curricular supervisionado de enfermagem: relato de experiência. **Rev. Univ. Vale Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 220-228, ago./dez. 2016.

SANTIAGO, L. M. *et al.* Implantação do Programa Saúde na Escola em Fortaleza CE: atuação de equipe da estratégia saúde da família. **Rev. Bras. Enfer.**, Brasília, v. 65, n. 6, p. 1026-1029, nov./dez. 2012.

SANTOS, G. C. Análise bibliométrica dos artigos publicados como estudos bibliométricos na história do congresso brasileiro de custos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 62, p. 4-13, jan./abr. 2015.

SOUSA, M. C. *et al.* A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gereencial e das práticas de trabalho. **Rev. Ciên. & Saúde Colet.**, v. 22, n. 6, p. 781-1790, 2017.

VIEIRA, A. C. C.; VIEIRA, V. S. A necessidade de capacitação dos profissionais do programa saúde na escola para inclusão de orientações posturais preventivas no âmbito escolar. **Revista Ciência em tela**, v. 4, n. 2, 2011.

---

**Recebido em:** 26 de Abril de 2018

**Avaliado em:** 4 de Dezembro de 2018

**Aceito em:** 4 de Dezembro de 2020

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Mestranda em Educação pelo Programa de pós-graduação stricto sensu, Formação de professores e práticas interdisciplinares – Universidade de Pernambuco; Enfermeira – Universidade Regional do Cariri.  
E-mail: aureavilela@hotmail.com

2 Doutora em Ciência e Tecnologia dos Alimentos, Universidade Federal da Paraíba; Professora do Colegiado de Nutrição, Universidade de Pernambuco e do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) – Universidade de Pernambuco. E-mail: marianne.marinho@upe.br



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

